

MACRO-REGIÃO do SUDOESTE EUROPEU – RESOE

ENQUADRAMENTO

AS MACRO-REGIÕES

“A 'estratégia Macrorregional' é uma estrutura integrada aprovada pelo Conselho Europeu, o que pode ser apoiado pelos fundos estruturais e de investimento europeus entre outros, para enfrentar os desafios comuns enfrentados por uma área geográfica delimitada relativas aos Estados-Membros e países terceiros situados na mesma área geográfica que beneficiam assim de uma cooperação reforçada a contribuir para a realização da coesão económica, social e territorial.”

Apesar de não haver **definição standard**, de acordo com a Comissão Europeia, uma Macrorregião (MR) corresponde a: “Zonas que abarcam várias regiões administrativas e onde se juntam vários temas justificando assim a necessidade de se vir a desenvolver uma estratégia concertada de intervenção.”

- **Resultados pretendidos:** As MR são espaços funcionais onde devem ser criadas áreas de trabalho em número limitado que permitam a obtenção dos resultados definidos pela respetiva estratégia de cooperação. Os objetivos de uma estratégia macro-regional serão necessariamente diferentes à luz das necessidades das regiões em causa.
- **Limites territoriais:** Com o objetivo de garantir e de maximizar a eficácia da estratégia a esta escala, torna-se importante que os seus limites geográficos sejam definidos, ainda que se possam revestir de alguma flexibilidade.
- **Condições:** a posição “oficial” da Comissão Europeia no que respeita a estas novas figuras foi divulgada através de várias intervenções públicas ocorridas ao longo do ano de 2010, sendo conhecida pelos “3 não”:
 - A constituição de uma MR não implicará a criação de novas estruturas administrativas;
 - Não obrigará à elaboração de legislação adicional ou específica;
 - A estratégia macrorregional não deve implicar a existência de uma linha de financiamento adicional.
- **Experiências em curso:** MR do [Estratégia da UE para a região do Danúbio](#), [Estratégia da UE para a região do Mar Báltico](#), [Estratégia da UE para a Região do Adriático e do Jónic](#), [Alpine Region Strategy](#).

Estas figuras são instrumentos políticos inovadores que respondem de forma pragmática à necessidade de se virem a encontrar novas fórmulas, de maneira a que as políticas públicas se possam revelar mais eficientes, situação que exige uma mais capaz coordenação das instituições e dos recursos existentes (cooperação de 2ª geração).

A ideia forte das Estratégias Macro-regionais, consiste em acrescentar valor às intervenções, quer da UE e das autoridades nacionais ou regionais, quer ainda do setor privado.

Além disso, a coordenação geral das ações em todas as áreas de política irá muito provavelmente resultar em melhores resultados do que através de iniciativas individuais.

“Trabalhar em conjunto num grupo relativamente pequeno de países e regiões, pode tornar-se um hábito e uma autêntica competência” (Interact).

Conceito de uma estratégia macrorregional

A base para a cooperação macrorregional pode ser proporcionada por muitos elementos: um sentido regional de identidade, o desejo de um plano estratégico comum e a vontade de agregar recursos.

As definições iniciais estão presentemente a ser consolidadas no Regulamento Disposições Comuns para 2014–20206, segundo o qual uma estratégia macrorregional:

- 1) constitui um quadro integrado relativo aos Estados-Membros e aos países terceiros situados na mesma área geográfica;
- 2) aborda desafios comuns;
- 3) beneficia da cooperação reforçada para o objetivo da coesão económica, social e territorial;

O Parlamento Europeu e o Conselho devem aprovar uma estratégia macrorregional.

O conceito integra igualmente princípios de:

- **integração** – os objetivos devem ser incorporados em quadros políticos existentes (ao nível da UE, regionais, nacionais, locais, ao nível da pré-adesão), programas (ao nível da UE, específicos a cada país, ao nível da cooperação territorial, setoriais) e instrumentos financeiros;
- **coordenação** – as políticas, estratégias e recursos de financiamento devem evitar a compartimentalização, tanto entre

políticas setoriais como entre intervenientes ou diferentes escalões de governação;

- *cooperação* – os países, bem como os setores, devem cooperar em toda a região, contribuindo para a mudança de mentalidades e, consequentemente, para a adoção de ideias mais abertas em matéria de desenvolvimento regional;
- *governação a vários níveis* – os diferentes níveis de decisores políticos devem coordenar melhor o seu trabalho em conjunto, sem criarem novos níveis de decisão;
- *parceria* – os países da UE e os países terceiros podem trabalhar em conjunto com base no interesse e no respeito mútuos.

Os objetivos variam consoante as necessidades da região em causa. No entanto, deve ser dada importância a questões que se revestem de relevância estratégica, proporcionando um verdadeiro valor acrescentado em relação às políticas comunitárias horizontais, em especial no que se refere à Estratégia «Europa 2020». Devem ser incluídos tanto os desafios como as oportunidades, tendo em conta que os países em diferentes fases de desenvolvimento possuem diferentes prioridades:

- *desafios*, em que é essencial uma maior cooperação (por ex.: quando se trata de questões ambientais, climáticas ou de conectividade);
- *oportunidades*, em que uma maior cooperação é de interesse mútuo, com iniciativas conjuntas, ligação em rede, partilha de experiências, agregação de fundos (por ex.: pesquisa, inovação, empresas, reforço das capacidades).

Este duplo aspeto é mencionado nas conclusões do Conselho de junho de 2012, aprovando a abordagem no sentido de aprofundar o mercado interno e a competitividade da UE, facilitar a aplicação da Política Marítima Integrada (especialmente o crescimento azul), assim como abordar desafios comuns em matéria de poluição ou a ausência de ligações infraestruturais.

Além disso, as estratégias podem ser utilizadas para mobilizar esforços conjunto relativamente à inovação, à ação climática, à gestão de riscos, a questões em matéria de segurança e ao turismo.

A RESOE

A SUA GÊNESE

Em **17 de Setembro de 2010**, em Valladolid, foi assinado pelos respetivos Presidentes, o **Memorando de Entendimento que juntou as regiões da Galiza e de Castela e Leão com o Norte de Portugal**, enquanto primeiro núcleo de entidades que visam a constituição de uma MR no território designado por Sudoeste Europeu.

O objetivo principal desta iniciativa foi assumido através do estabelecimento de uma ação de planeamento integrado a realizar face ao período de programação comunitária 2014-2020, tanto à escala territorial como sectorial, partindo-se da atividade desenvolvida pelas Comunidades de Trabalho que unem o Norte de Portugal com a Galiza e com Castela e Leão, há mais de 20 anos.

Estas entidades, de dinâmica institucional, continuarão a constituir os pilares da cooperação bilateral, ao articularem, os territórios de nível intermunicipal localizados nas zonas de fronteira assim como as administrações públicas, os agentes empresariais e as Universidades.

O Memorando identifica 6 grupos de trabalho, respetivamente dedicados à Economia e Indústria; Transportes e Logística; Ambiente e Património Natural; Cultura e Turismo; Emprego e Relações Laborais; Educação, Universidades e Investigação.

A adesão de outras regiões encontrava-se prevista, particularmente as localizadas no restante território da Península Ibérica assim como no lado ocidental da França.

Objetivos da RESOE:

- Reforço da aliança político-institucional entre as regiões envolvidas.
- Agregação de interesses e recursos partilhados/criação de economias de escala.
- Aumento do poder negocial junto das instituições nacionais e instâncias europeias face ao período de programação 2014-2020.
- Alargar perspetivas e oportunidades em favor das pessoas e dos territórios.

1ª ETAPA 2010/2011 VIABILIDADE E VISIBILIDADE DA RESOE OS GRUPOS DE TRABALHO

Esta estratégia teria de contar com o apoio de projetos e de ações específicas, daí a necessidade de encontrar iniciativas emblemáticas (*flagship initiatives*) em convergência com a Estratégia Europeia 2020; essa tarefa constituiu um dos

principais focos de intervenção dos diferentes Grupos de Trabalho da RESOE.

A metodologia portuguesa privilegiou a audição e a **participação ativa da sociedade civil** assim como dos principais atores destas temáticas, tendo sido organizadas, ao longo do ano de 2011, na Região Norte, cerca de vinte reuniões regionais que agregaram mais de 50 entidades, entre elas, serviços regionalmente desconcentrados da administração central, infraestruturas, associações empresariais, associações sectoriais, todas representadas ao mais alto nível executivo ou institucional.

Este exercício permitiu fixar as bases para a definição de áreas de atividade, como por exemplo no âmbito da I+d+i.

Em 2011, constituiu-se a Conferência de reitores das Universidades do Sudoeste Europeu (CRUSOE) destinada a apoiar projetos de investigação.

Ações de visibilidade já realizadas:

- Assembleia Geral da ARFE-Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (2010)
- Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu (2011);
- Conferência das Redes Inter-regionais e Transfronteiriças de Cidades (2012);
- Comité das Regiões e DG Regio (Open Days 2012 e 2014).

2ª ETAPA 2012/2014 O ALARGAMENTO DA RESOE

As bases da ampliação da RESOE foram lançadas no encontro do dia 17.01.2012, em Zaragoza, que reuniu 11 regiões portuguesas, espanholas e francesas: Aquitaine (FR); Aragón (ES); Astúrias (ES); Cantábria (ES); Castilla y León (ES); Centro (PT); Galicia (ES); La Rioja (ES); Navarra (ES); Norte (PT); País Basco (ES).

O formato e as vantagens da MR foram unanimemente aceites por se tratar de um modelo funcional, flexível, aberto, evolutivo e que permite alcançar níveis de cooperação que vão além da cooperação de vizinhança transfronteiriça clássica.

Ficou também claro que esta estratégia configura-se como sendo complementar à Estratégia para o Atlântico, oferecendo oportunidades de melhorias da coesão territorial, nomeadamente entre as zonas costeiras e o respetivo *hinterland*.

Nessa linha de intervenção, uma atenção particular deverá ser prestada à Política de coesão e aos seus programas de apoio financeiro, em particular no âmbito dos Programas de Cooperação Territorial Europeia atualmente sob responsabilidade de regiões incorporadas na RESOE e/ou na Península Ibérica: Espaço Atlântico (Autoridade de Gestão assumida pelo Norte de PT), Interreg V A Portugal/Espanha (gerido por Madrid) e em particular, o Sudoeste (atualmente gerido pela Cantábria), cuja abrangência geográfica tem especial adequação aos membros da RESOE.

Tendo em conta o interesse da incorporação de novas regiões como membros e a nova conjuntura europeia definida pelo Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, foi assinado no Porto, em 09.05.2014, um **Memorando de Entendimento da Adesão do Principado das Astúrias e da CCDRC-Centro**.

Esse Memorando vem aprofundar a RESOE, recentrando a definição da sua estratégia multissetorial *via* **coordenação da aplicação das RIS3 – estratégias regionais de inovação para uma especialização inteligente**.

As grandes áreas de atividade consideradas de valor acrescentado para as regiões da RESOE passam assim a ser as seguintes:

- Competitividade industrial (lidera Norte PT)
- Declínio demográfico e envelhecimento ativo (lidera Centro PT)
- Educação, cultura e I+D+i (lidera Galiza)
- Emprego e turismo (lidera Astúrias)
- Transportes e logística (lidera Castela e Leão)